



ESTADO DO ACRE
Secretaria de Estado de Fazenda
Conselho de Contribuintes do Estado do Acre

ACÓRDÃO Nº	15/2019
PROCESSO Nº	2014/10/39117
RECORRENTE:	BARREIROS E ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO:	NÃO CONSTA
RECORRIDA:	FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
PROCURADOR FISCAL:	LUÍS RAFAEL MARQUES DE LIMA
RELATOR:	Cons. WILLIAN DA SILVA BRASIL
DATA DE PUBLICAÇÃO:	

EMENTA

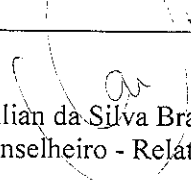
ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. ICMS. BENEFÍCIO FISCAL. DESCONTO DE 12%. ART. 96-A, DO DECRETO N. 008/98 – RICMS/AC. NÃO OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS CONCESSIVOS. INAPLICABILIDADE.

1. Para a fruição do desconto previsto no art. 96-A, do Decreto n. 008, de 26 de janeiro de 1998, é imprescindível a regularidade fiscal quanto ao cumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias, do conjunto dos estabelecimentos (matriz e filial) do contribuinte. 2. A não entrega, em época própria, do Demonstrativo de Apuração Mensal – DAM, pelo contribuinte, por configurar omissão no cumprimento de obrigação acessória ao tempo da emissão da notificação, implica na perda do desconto de 12% (doze por cento) do ICMS. 3. A situação de regularidade ou irregularidade das obrigações tributárias será verificada no 1º dia útil de cada mês, levando em conta o conjunto dos estabelecimentos do contribuinte e se aplica a todas as parcelas das notificações emitidas no respectivo mês, a teor do art. 96-A, § 2º, do Decreto n. 008/98. 4. Recurso voluntário improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que é interessada BARREIROS E ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, ACORDAM os membros do Conselho de Contribuintes do Estado do Acre, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário do contribuinte e, via de consequência, em manter a decisão, ora recorrida, tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, que passa a constituir parte deste julgado. Participaram do julgamento os Conselheiros a seguir nominados: Antonio Raimundo Silva de Almeida (Presidente), Willian da Silva Brasil (Relator), André Luís Caruta Pinho, Fredi Dettweiler e Márcio José Castro de Aquino. Presente ainda o Procurador Fiscal Luís Rafael Marques de Lima. Sala das Sessões, Rio Branco, Capital do Estado do Acre, 22 de maio de 2019.


Antônio Raimundo Silva de Almeida
Presidente


Willian da Silva Brasil
Conselheiro - Relator


Luis Rafael Marques de Lima
Procurador Fiscal



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO nº 2013/10/39117 – RECURSO VOLUNTÁRIO
RECORRENTE: BARREIROS E ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual
PROCURADOR FISCAL: Gerson Ney Ribeiro Vilela Júnior
RELATOR: Cons. Sup. Willian da Silva Brasil

RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso Voluntário** interposto por **BARREIROS E ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, em face da Decisão nº 512/2015 proferida pela Diretoria de Administração Tributária (fl. 37), nos autos do Processo Tributário Administrativo de solicitação de correção de Notificação Especial, requerido pela Recorrente, que **decidiu pela improcedência do pedido**, como se afere do *decisum* vergastado:

Visto e analisado o processo em que é interessada a parte acima identificada, com fundamento art. 96-A, § 1º, inciso I e § 2º e no art. 360, § 3º, todos do Decreto Estadual nº 008/98 – RICMS/AC; e no Parecer n. 450/2015 do Departamento de Assessoramento Tributário, decido pela **IMPROCEDÊNCIA** do pedido de correção da Notificação Especial nº 049248/2013, uma vez que (i) o DAM de junho de 2014 [...] deveria ser entregue à SEFAZ/AC no dia 10/07/2013 [...] no entanto foi entregue pela interessada somente no dia 08/08/2013; e (ii) a situação de regularidade ou irregularidade dos contribuintes é verificada no 1º dia útil de cada mês, ou seja, no dia 01/08/2013 a empresa ainda não havia se regularizado perante o fisco estadual [...].

A Notificação Especial nº 049248/2013 (fls. 19/21) foi emitida para a sociedade **BARREIROS E ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** (Inscrição Estadual n. 01.014.444/001-38) sem o desconto de 12% (doze por cento) previsto no art. 96-A, do Decreto n. 008/98 – RICMS/AC, em decorrência da omissão por um dos estabelecimentos do contribuinte (Inscrição Estadual n. 01.014.444/005-61) quanto à entrega do Demonstrativo de Apuração Mensal (DAM) de junho de 2013 (fls. 31/32).

Em suas razões (fls. 40/54), o Recorrente aduz, em síntese, que faz jus ao desconto de 12% (doze por cento) sobre o imposto lançado, pois não possuía, à época da verificação da situação de regularidade das obrigações tributárias, pendência quanto às obrigações tributárias

principal e acessórias.

Prossegue suas razões afirmando que se deve aplicar o princípio da autonomia dos estabelecimentos tributários que determina que cada filial seja tratada de forma individualizada, como uma unidade independente, respondendo cada qual por suas obrigações. Alega, ainda, violação ao princípio da isonomia em relação aos contribuintes que possuem estabelecimento em outra unidade da federação, reiterando que há equívoco na interpretação da legislação tributária aplicada ao incentivo fiscal previsto no art. 96-A, do Decreto n. 008/98 – RICMS/AC.

Por fim, requer seja julgado procedente o pedido em virtude da autonomia de cada estabelecimento e corrigido o ato administrativo, sendo concedido o desconto de 12% (doze por cento) sobre a Notificação Especial nº 049248/2013.

Na forma do disposto no Regimento Interno deste Conselho, o Representante da Fazenda Estadual, por intermédio do Parecer/PGE/PF nº 289/2016 (fls. 59/63), opinou pelo **improvemento** do Recurso Voluntário, ratificando os termos da Decisão nº 512/2015 proferida pela Diretoria de Administração Tributária.

A Procuradoria Fiscal sustenta que, à época do requerimento, o § 1º, inciso I, do art. 96-A, do Decreto n. 008/98, declarava expressamente que não se aplica o desconto “ao contribuinte que esteja irregular com obrigação tributária principal e acessória”. No mais, o § 2º do mencionado dispositivo estabelece que: “a situação de regularidade ou irregularidade das obrigações tributárias será verificada no 1º dia útil de cada mês, levando em conta o conjunto dos estabelecimentos do contribuinte e se aplica a todas as parcelas das notificações emitidas no respectivo mês”.

Acrescenta que por trata-se de isenção parcial se deve interpretar literalmente a norma jurídica, conforme art. 111, inciso II, do Código Tributário Nacional, o que afasta a aplicação do princípio da autonomia do estabelecimento para fins tributários.

Afirma, ainda, que o benefício fiscal em questão é estadual e tem por finalidade – teleológica – estimular a regularidade tributária dos contribuintes com o Estado do Acre, não importando que o contribuinte acreano possua estabelecimento com irregularidades tributárias com o fisco de outros Estados, pois não é de competência do Estado do Acre fiscalizar a regularidade tributária de contribuintes com outros entes da federação.

É o relatório, e nos termos do Art. 10, inciso XI, do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Estado do Acre (Dec. 13.194/05), solicito a inclusão em pauta para julgamento.

Rio Branco – AC, 7 de maio de 2019.

WILLIAN DA SILVA BRASIL

Conselheiro Relator



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO nº 2014/10/39117 – RECURSO VOLUNTÁRIO

RECORRENTE: BARREIROS E ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual

PROCURADOR FISCAL: Gerson Ney Ribeiro Vilela Júnior

RELATOR: Cons. Sup. Willian da Silva Brasil

VOTO DO RELATOR

Trata-se de **Recurso Voluntário** em que o Recorrente informa que não lhe foi concedido o desconto de 12% (doze por cento), previsto no art. 96-A, do Decreto n. 008/98 – RICMS/AC, em decorrência da omissão por um dos estabelecimentos do contribuinte (Inscrição Estadual n. 01.014.444/005-61) quanto à entrega do Demonstrativo de Apuração Mensal (DAM) de junho de 2014. Alega o princípio da autonomia dos estabelecimentos e que o estabelecimento de Inscrição Estadual n. 01.014.444/001-38 estava em situação regular e não possuía pendência, à época da verificação da situação de regularidade das obrigações tributárias, quanto às obrigações tributárias principal e acessórias.

Ab initio, conheço o **Recurso Voluntário** (fls. 40/54), eis que preenchidos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade para tanto, razão pela qual passo ao exame do mérito.

Verifico que as alegações do Recorrente são impertinentes, uma vez que o art. 96-A, § 1º, inciso I e § 2º, do Decreto n. 008/98 – RICMS/AC, é cristalino ao estabelecer as condições para fruição do benefício fiscal do desconto de 12% (doze por cento), senão vejamos, *in verbis*:

Art. 96-A. Sobre os valores das notificações do ICMS emitidas na forma do art. 96, será concedido desconto equivalente a 12% (doze por cento) do imposto lançado, quando o pagamento ocorrer até o vencimento do prazo consignado em cada parcela da respectiva notificação.

§ 1º Não se aplica o desconto de que trata o *caput*:

I - ao contribuinte que esteja irregular com obrigação tributária principal ou acessória do ICMS;

[...]

§ 2º A situação de regularidade ou irregularidade das obrigações tributárias será verificada no 1º dia útil de cada mês, levando em conta o conjunto dos

estabelecimentos do contribuinte e se aplica a todas as parcelas das notificações emitidas no respectivo mês. (Grifei).

Neste sentido, incorrendo qualquer dos estabelecimentos do contribuinte em descumprimento de obrigações principal ou acessórias existentes com a Fazenda Pública Estadual, todos os estabelecimentos deixarão de fazer jus ao desconto previsto no art. 96-A, do Decreto n. 008/98 – RICMS/AC.

O documento juntado à fl. 31, nos autos do processo em epígrafe, atesta que o Recorrente estava inadimplente com a obrigação acessória prevista no art. 360, § 3º, inciso II, do Decreto n. 008/98 – RICMS/AC.

Desse modo, reitero o assentado na decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, nego provimento ao Recurso Voluntário.

É como voto.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2019.

Willian da Silva Brasil

Conselheiro Relator